

Ano 2, edição 32

08 de Abril de 2014

Leia Aqui

Secretaria de Desenvolvimento Social
e Direitos Humanos

Estado adere à Política Nacional de Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade



Foi assinado na sede da Secretaria de Saúde, localizado no Bongi, pelos secretários de Saúde, Antônio Carlos Figueira, e o de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, Bernardo D'Almeida, o "Termo de Adesão a Política Nacional de Saúde do Sistema Prisional. Segundo Bernardo "Atualmente, o Estado recebe R\$ 592 mil, que são transferidos integralmente para a Secretaria Executiva de Ressocialização, para as ações de saúde no sistema penitenciário. Com a adesão à política nacional,

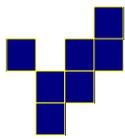
os recursos poderão chegar a um valor anual de R\$ 10 milhões, sendo 75% do Governo Federal e o outros 25% do Estadual".

Pernambuco conta com 16 equipes de saúde cadastradas nas unidades de saúde do sistema prisional. Contudo, é preciso incluir mais 39 equipes para o atendimento integral de 30 mil pessoas privadas de liberdade. Esses profissionais desenvolverão todas as ações da atenção primária em saúde nas unidades prisionais,

tais como controle da hipertensão, diabetes, hanseníase, tuberculose, DST/Aids, saúde bucal, entre outras, auxiliando na prevenção e promoção à saúde e no diagnóstico e tratamento precoce dos casos existentes.

Na oportunidade, Figueira disse que desde 2013 Pernambuco aderiu ao Plano Nacional de Assistência à Saúde no Sistema Penitenciário, lançado no mesmo ano pelo Ministério da Saúde (MS), com o objetivo de organizar as questões de saúde das pessoas privadas de liberdade de acordo com os princípios e diretrizes do SUS. Com a criação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), com assinatura do termo de adesão para participar da iniciativa, aumenta em cerca de 3.000% a verba de financiamento do MS para Pernambuco.





Portaria conjunta regulamenta visita íntima nos prédios estaduais



O secretário estadual de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, Bernardo D'Almeida, e a presidente do Conselho de Direitos Humanos de Pernambuco, Mãe Lúcia de Oyá, assinaram documento que visa assegurar as visitas íntimas dos detentos bra-

sileiros ou estrangeiros; do sexo feminino e masculino; de cônjuge ou outro parceiro; que esteja na maioria ou emancipado; heteroafetivas e homoafetivas; na unidade prisional que esteja cumprindo pena, em ambiente reservado, assegurando a pri-

vacidade dos reeducandos.

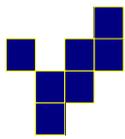
A assinatura aconteceu durante reunião que é realizada quinzenalmente na sede da secretaria, com o objetivo de monitorar os direitos humanos com foco nas medidas cautelares da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Mãe Lúcia destacou a iniciativa do gestor estadual, que, segundo ela, reforça cada vez mais a confiança do conselho por ela presidido para com a Secretaria de Direitos Humanos. Segundo ela, a parceria trata-se de mais uma evolução, "que dá mais confiança no que diz respeito à preocupação do Governo do Estado para com os privados de liberdade, uma vez que os direitos humanos estão sendo visto com outro olhar, que é o de compartilhar, agregar e acima de tudo, respeitar".

Ouvidoria de Direitos Humanos tem novo endereço

A Ouvidoria de Direitos Humanos, da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SEDS DH), agora funciona em novo endereço, na Av. Cruz Cabugá, 665 - Santo Amaro - Recife/PE. A mudança tem por objetivo facilitar o acesso das pessoas que tenham o interesse de reclamar, sugerir, elogiar, denunciar e solicitar informações sobre programas da SEDSDH (Programa Atitude; Programa PE no Batente; Programa Vida Nova; Patronato Penitenciário; atendimento a pessoas com deficiência e idosas; público LGBT; discriminação racial). Outro meio de contato que a população pode contar é o 0800.081.4421; 3183.3075; 3183.3116 que funciona de 8h as 12h e de 13h as 17h, de segunda à sexta-feira, ou ainda pelo email: ouvidoria@sedsdh.pe.gov.br

A Ouvidoria tem a missão de assegurar o canal de manifestação e representação dos interesses dos cidadãos frente à administração pública, para a resolução ágil das questões apresentadas, promovendo a cidadania e a melhoria da gestão pública.



Conferência discute implantação de políticas públicas para Migrantes e Refugiados

A 1ª Conferência Estadual sobre Migrações e Refúgio COMIGRAR-PE, que aconteceu no auditório do CE-FOSPE, na Boa Vista, teve como objetivo promover um diálogo social a partir da realidade dos migrantes e refugiados de Pernambuco, além de ampliar o debate para construção de uma política pública voltada para essas pessoas. Representantes da Sociedade Civil, do Conselho de Direitos Humanos, consulados e migrantes que moram no estado participaram da conferência, que é preparatória para a Nacional a ser realizada em maio deste ano.

De acordo com o secretário de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, Bernardo D'Almeida, que abriu os debates, a lei de estrangeiros tem como princípio a segurança nacional, em função de ter sido concebida na ditadura militar. A Comigrar visa construir uma proposta de estatuto do estrangeiro, como temos para criança, idoso, e outros públicos. Isso a partir participação popular, e com outro princípio, o dos Direitos Humanos.

Segundo Paulo Moraes, secretário executivo de Justiça e Direitos Hu-



manos o processo de Globalização facilita a entrada dos estrangeiros no Brasil, então é importante que eles sejam bem assistidos. "É necessária uma reformulação na lei, com a finalidade de implantar políticas públicas para os migrantes que moram em Pernambuco. O momento é de ouvir a sociedade civil e propor um debate sobre o assunto", destacou.

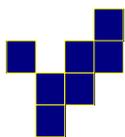
Já para Wilma Melo, representante do Conselho Estadual de Direitos Humanos os migrantes trouxeram um legado histórico para o nosso país, no campo social, no comércio e na cultura. "O Brasil ganhou e ganha com a presença desses povos. Eles trazem conhecimentos que só somam

à nossa cultura", declarou.

A conferência contou com a participação de estudantes e profissionais liberais Africanos, que vieram morar no estado. Roberto Soares, da Guiné Bissau, concluiu Ciências Sociais na UFPE, mora no Recife há nove anos, e está confiante numa transformação. Para ele, as mobilizações do Governo do Estado e das instituições vão possibilitar a resolução de problemas, como: regularização de documentos para permanência no país, discriminações e falta de vagas no mercado de trabalho.

Também participaram da Conferência Estadual, o promotor do Ministério Público de Pernambuco, Marco Aurélio Faria; a chefe do Núcleo de Operação da Delegacia de Migrações da Polícia Federal, Morgiana Correia; o cônsul da Bulgária, Durvalino Andreotti; Waldecir Marques, da Comissão de Direitos Humanos da PRF; o Ouvidor da Secretaria de Defesa Social, Thomas Edson, e demais representantes da sociedade civil.





Bernardo D'Almeida visita Penitenciária de Caruaru



ans e sandálias. O ambulatório também foi outro espaço visitado, lá ele pode conversar com idosos e deficientes.

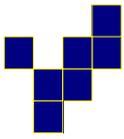
Na oportunidade falou do Plano de Ação da SEDSDH, com foco no Pacto Pela Vida, que é a construção do Presídio de Tacaimbó que abrirá 920 vagas o que vai desafogar a Penitenciária de Caruaru.

O gestor falou da importância da meta estipulada pelo governador Eduardo Campos que é promover uma política ressocializadora com eficácia. Por meio da Secretaria Executiva de Ressocialização, órgão do Governo do Estado responsável pelo Sistema Penitenciário de Pernambuco, tem a missão de aplicar a Lei de Execução Penal no cumprimento da sentença judicial visando a ressocialização da população carcerária.

Para o reeducando Ricardo Costa, 26, casado, pai de uma filha, que cumpre pena por homicídio só tem agradecer por estar trabalhando no setor jurídico. "Aqui eu tenho a oportunidade de diminuir a pena, pelo fato de que a cada três dias trabalhado diminui um dia na minha pena. Então isso para mim é bastante motivador", declarou.

Bernardo D'Almeida, secretário Estadual de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos - SEDSDH, esteve em Caruaru, Agreste do Estado, mais precisamente na Penitenciária Juiz Plácido de Souza, que abriga 1.363 privados de liberdade. Acompanhado pelo gestor da unidade, o agente penitenciário Sérgio Siqueira, ele circulou pelas dependências: conheceu o refeitório; as salas de aula da Escola Estadual Gregório Bezerra, onde 400 detentos estudam nos turnos da manhã, intermediário e tarde; além disso, o secretário esteve na área de produção de vassouras dentro das instalações do Programa PE no Batente; e nas áreas de confecção de vestimenta em je-





Colônia Penal Feminina do Recife

Acompanhado de seu executivo de Ressocialização, Cel. Romero Ribeiro, Bernardo também esteve na Colônia Penal Feminina do Recife (CPFR), localizada no bairro do Engenho do Meio. O objetivo da visita foi apresentar para Charisma Thomé, gestora da unidade, a advogada Mariselma Aleixo de Moraes, que a partir de agora irá assessorar o secretário na área penal trabalhando nas unidades prisionais.

Segundo Bernardo, os trabalhos terão início na CPFR, onde a advogada acompanha os processos criminais das reeducandas gestantes, as que estão amamentando, idosas e deficientes, realizando entrevistas e preparando o histórico das privadas de liberdade e consequentemente ajustando as ações.

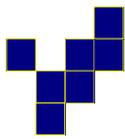
Na oportunidade, Bernardo anunciou que, com base na Lei de Execução



Penal V. Artigo 89, Lei 7.210/84 que assegura a reeducanda ficar com seu bebê durante o período de aleitamento materno, porém, esse direito pode ou não ser praticado dentro da unidade onde a reeducanda cumpre pena. Conforme informou Mariselma, para que a reeducanda cumpra pri-

são domiciliar será necessário verificar as condições da família e se a moradia está adequada para receber a reeducanda e sua criança, a partir daí solicitar ao juiz de execuções penais a prisão por 6 meses, em casa, monitorada com tornozeleira eletrônica.





Famílias de Betânia recebem benefício eventual



Bernardo D'Almeida, secretário estadual de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos - SEDSDH, esteve no município de Betânia, Sertão do Moxotó, onde, acompanhado da secretária executiva de Desenvolvimento e Assistência Social, Ana Célia Farias, reuniu com familiares das vítimas do acidente que ocorreu no dia 24 de Fevereiro em Venturosa.

O objetivo do encontro foi informar às famílias o direito que cabe a elas de receber o benefício eventual. Esse benefício faz parte da Política de Assistência Social, de caráter suplementar e provisório, prestados

aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública. Os benefícios eventuais são assegurados pela Lei nº 14.984, sancionada pelo Governador Eduardo Campos em 13 de Maio de 2013.

Segundo Bernardo, foi designada uma equipe de técnicos do CREAS Regional Sertão do Moxotó, formada por psicólogos, assistentes sociais e advogados de direitos humanos, para providenciar o cadastramento das vítimas e seus familiares, com a finalidade de proceder ao pagamento

do benefício eventual.

Bernardo explicou aos presentes que o benefício corresponde ao maior valor do Bolsa Família e que poderia ser dividido em três vezes, porém como eles não receberam o DPVAT e nem o seguro da usina, será pago em uma única parcela de R\$ 900,00. Além disso, será feito um cadastro para que as famílias sejam contemplados com Programa Pernambuco no Batente, já que a geração de renda do município consiste da área têxtil.

O secretário foi recebido pela prefeita Eugênia Araújo e pelo presidente da Câmara de Vereadores de Betânia, João Carlos.



EXPEDIENTE

João Lyra Neto
Governador do Estado

Bernardo D'Almeida
Secretário Estadual de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos

Jô Lima (1443 DRT/PE)
Assessora de Imprensa

Jacqueline Bezerra (3608 DRT/PE)
Emanuel David D'Lúcard
Jornalistas

Jô Lima, Jacqueline Bezerra e Andréa Batista
Textos

Paulo Maciel
Diagramação

Paulo Maciel e Pedro Pinheiro
Fotografia

Neto Cavalcanti
Estagiário

Leia Aqui

Informativo da Secretaria de
Desenvolvimento Social e Direitos Humanos
Assessoria de Imprensa: 31833014/15

Secretaria de
Desenvolvimento Social
e Direitos Humanos



PERNAMBUCO
GOVERNO DO ESTADO

Periodicidade: Semanal